
Educação e Violência: reflexões sobre homicídios, abandono escolar e vulnerabilidade juvenil em Fortaleza, Ceará

Education and Violence: reflections on homicides, school dropouts and youth vulnerability in Fortaleza, Ceará

Educación y Violencia: reflexiones sobre homicidios, deserción escolar y vulnerabilidad juvenil en Fortaleza, Ceará

Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de¹ (São Bernardo, MA, Brasil)ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5923-6980>Santiago Neto, João Pedro de² (Fortaleza, CE, Brasil)ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8052-2869>Lopes, Ana Paula Neves³ (Porto Alegre, RS, Brasil)ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5923-6980>**Resumo**

Em meio à penetração de coletivos criminais, as chamadas “facções”, nos bairros populares da capital cearense, neste artigo buscaremos explorar as possíveis conexões entre abandono escolar e experiências de vulnerabilidade aos homicídios de jovens nesses espaços da cidade. As reflexões são traçadas a partir de um estudo bibliográfico intercalado com observações e trechos dos diários de campo dos pesquisadores a partir de suas experiências no Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA). Os dados apresentados demonstram que as principais vítimas de homicídios são jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, do sexo masculino, negros e com baixa escolaridade. Observamos que, embora a educação seja um direito social garantido por lei, ela ainda não se efetiva concretamente para todos os sujeitos, de modo que aqueles mais vulneráveis enfrentam uma série de obstáculos, que envolvem desde as dificuldades para conseguir uma vaga na rede escolar até a proibição de frequentar o estabelecimento educacional, devido à localização do mesmo em territórios dominados por “facções rivais”, que os levam muitas vezes ao abandono escolar antes da conclusão da educação básica. Sob essa ótica, a educação tem o potencial de agir como um fator protetivo da vida dos adolescentes, sendo um caminho viável no processo de enfrentamento e prevenção da criminalidade, em particular, os homicídios entre os jovens.

Palavras-chave: Educação. Jovens. Violência. Homicídios. Vulnerabilidades.

Abstract

Amid the penetration of criminal groups, the so-called “facções”, in the popular neighborhoods of the capital of Ceará, in this article we will seek to explore the possible connections between school dropouts and experiences of vulnerability to the homicide of young people in these spaces of the city. The reflections are drawn from a bibliographical study interspersed with observations and excerpts from the researchers' field diaries based on their experiences in the Cearense Committee for the Prevention of Homicide in Adolescence (CCPHA). The data presented show that the main victims of homicides are young people aged 15 to 29 years, male, black and with low education. We observe that, although education is a social right guaranteed by law, it is still not concretely effective for all subjects, so that those most vulnerable face a series of obstacles, ranging from the difficulties in getting a place in the school network to the ban on attending the educational establishment, due to its location in territories dominated by “rival factions”, which often lead them to drop out of school before completing basic education. From this perspective, education has the potential to act as a protective factor in the lives of adolescents, being a viable path in the process of confronting and preventing crime, in particular, homicide among young people.

Keywords: Education. Violence. Homicide. School Dropout. Youth Vulnerability.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). clodomir.cordeiro@gmail.com

² Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC). joao_santiago_33@yahoo.com.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). apnevesl@yahoo.com.br

Resumen

En medio de la penetración de los grupos criminales, las llamadas “facciones”, en los barrios populares de la capital cearense, en este artículo buscaremos explorar las posibles conexiones entre la deserción escolar y las experiencias de vulnerabilidad al homicidio juvenil en estos espacios de la ciudad. Las reflexiones provienen de un estudio bibliográfico intercalado con observaciones y extractos de los diarios de campo de los investigadores a partir de sus experiencias en el Comité Cearense para la Prevención del Homicidio en la Adolescencia (CCPHA). Los datos presentados muestran que las principales víctimas de homicidios son los jóvenes de 15 a 29 años, hombres, negros y con baja escolaridad. Observamos que, si bien la educación es un derecho social garantizado por la ley, aún no es concretamente efectivo para todos los sujetos, por lo que los más vulnerables enfrentan una serie de obstáculos, que van desde las dificultades para conseguir un lugar en la red escolar hasta la prohibición. en la asistencia al establecimiento educativo, debido a su ubicación en territorios dominados por “facciones rivales”, que muchas veces los llevan a abandonar la escuela antes de completar la educación básica. Desde esta perspectiva, la educación tiene el potencial de actuar como factor protector en la vida de los adolescentes, siendo un camino viable en el proceso de confrontación y prevención del delito, en particular, el homicidio entre los jóvenes.

Palabras clave: Educación. Jóvenes. Violencia. Homicidios. Vulnerabilidades.

Introdução

Nas últimas décadas a *criminalidade urbano-violenta* (MISSE, 2006) tem se caracterizado como um problema incontornável para municípios e estados, constituindo-se como um dos assuntos mais debatidos pela população brasileira, mídia, pesquisadores, sociedade civil organizada e planejadores de políticas públicas (CALDEIRA, 2000). Em um processo de *difusão* de experiências associadas à violência e ao crime (BARREIRA, 1998) após o último regime ditatorial civil-militar no país (1964-1985), revelam-se de maneira candente as transformações da cena criminal nacional, com destaque para o crescimento avassalador da violência letal, sobretudo aquela que envolve homicídios na faixa etária juvenil⁴. O enfrentamento a esse fenômeno é complexo e tem mobilizado análises que exploram diferentes perspectivas teóricas e experiências empíricas com o objetivo de qualificar a compreensão sobre os processos associados a esses homicídios. Frente a esse desafio, o presente artigo busca explorar algumas das facetas desses processos, fomentando discussões e lançando pistas sobre a atuação de coletivos criminais em Fortaleza, Ceará, e seus impactos no processo de evasão escolar e homicídios nos bairros das periferias da cidade na última década.

Em meio à penetração de coletivos criminais, as chamadas “facções”, nos bairros populares da capital cearense, neste artigo buscaremos explorar as possíveis conexões entre abandono escolar e experiências de vulnerabilidade aos

⁴ Em “A Juventude é apenas uma palavra” Bourdieu (1983) enfatiza que, mesmo diante da associação indissociável entre idade biológica e social, devemos sempre estar atentos para os contextos históricos nos quais as noções sobre a juventude são construídas. Sob essa perspectiva, a juventude deve ser observada em termos relacionais e de maneira contextualizada, identificando as múltiplas práticas associadas a essa categoria.

homicídios de jovens nesses espaços da cidade. Como fator protetivo de crianças, adolescentes e jovens, a escola não tem sido “inteiramente compreendida no Brasil, na mesma proporção que esse tema é majoritariamente ignorado nas políticas de segurança pública” (CERQUEIRA, 2016, p. 33).

Frente aos objetivos propostos para o texto, o artigo está estruturado, para além dessa introdução e das considerações finais, em cinco partes. Em um primeiro momento, detalharemos os procedimentos metodológicos que deram origem aos resultados apresentados no artigo. Em seguida, analisaremos alguns dos traços e características dos homicídios no Brasil contemporâneo, destacando os jovens como as principais vítimas desses fenômenos no país. Logo depois, exploraremos o processo de penetração e atuação capilar de coletivos criminais nas periferias de Fortaleza, Ceará, na última década, especialmente a partir de 2013, no estado. Após essa etapa, destacaremos nos tópicos cinco e seis o enquadramento legal da educação como direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e seu potencial de atuação como agente promotor da vulnerabilidade e/ou proteção dos jovens periféricos da capital nordestina. Por fim, as considerações finais do texto buscam realizar uma análise de conjunto acerca das questões exploradas ao longo do artigo.

Procedimentos metodológicos

O estímulo para a elaboração do presente texto associa-se às experiências vivenciadas pelos autores como pesquisadores de campo do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA)⁵, hoje Comitê de Prevenção e Combate à Violência, em 2016.

A pesquisa realizada pelo CCPHA no ano de 2016 contemplou um trabalho com 224 famílias de adolescentes assassinados nas sete cidades que apresentaram, naquele período, os maiores índices de homicídios na adolescência no estado: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte e Eusébio⁶. O referido estudo destacou-se no cenário estadual tanto por sua

⁵ O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) foi criado em fevereiro de 2016 como uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Governo do Estado do Ceará e instituições da sociedade civil, frente aos elevados índices de homicídios na adolescência no estado. O CCPHA aponta como alguns de seus objetivos qualificar a compreensão dos gestores estaduais sobre os fenômenos do crime e da violência, contribuindo com recomendações para a elaboração de estratégias e políticas públicas mais efetivas no enfrentamento desses processos no Ceará.

⁶ Caucaia, Horizonte, Eusébio e Maracanaú são municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Juazeiro do Norte está localizado no Centro-Sul cearense, à 491 km de Fortaleza, possuindo uma população estimada em

abrangência quanto pela forma como metodologicamente foi desenvolvido, valorizando um trabalho de campo que teve duração de três meses, estendendo-se de março a junho de 2016.

A etapa de campo da pesquisa contou com a participação de 24 pesquisadores (as) que realizaram, inicialmente, a aplicação de questionários com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, em razão de ato infracional análogo ao crime de homicídio, e com familiares de jovens assassinados. Em um segundo momento, foram selecionados interlocutores para a realização de entrevistas e o posterior aprofundamento da trajetória de vida de alguns desses jovens. A pesquisa buscou compreender o fenômeno da violência que envolve os jovens da capital cearense em sua profundidade, tendo como fio condutor para sua realização a análise das trajetórias juvenis e suas conexões familiares, comunitárias e institucionais. Vale destacar que os diários de campo produzidos durante a pesquisa constituíram-se como importantes instrumentos na coleta dos dados ao permitirem o registro de experiências, espaços e sujeitos significativos para a compreensão das dinâmicas do crime e da violência que envolvem os jovens no estado. Após esses momentos da pesquisa o Comitê realizou 11 audiências públicas, três seminários e grupos focais⁷ envolvendo trabalhadores das áreas da educação, saúde, assistência social, segurança pública e familiares de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas⁸.

A partir das experiências das etapas de campo e análise dos dados do relatório da pesquisa (CEARÁ, 2016) as questões apresentadas no artigo conectam elementos de um estudo bibliográfico intercalado com observações e trechos dos diários de campo dos pesquisadores. Destacam-se nessa etapa de abordagem bibliográfica, além de relatórios, jornais, livros e artigos, os dados publicados pelo CCPHA e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os quais constituíram a base norteadora desse estudo, tendo em vista a relevância e

cerca de 278.264 habitantes. Sobral, outro importante município cearense, está localizado a 230 km da capital e conta com uma população estimada em 210.711 habitantes.

⁷ Nesses encontros, realizados quinzenalmente, os pesquisadores relatavam suas experiências de campo e destacavam seus principais "achados" e desafios da pesquisa.

⁸ A equipe CCPHA articulou várias ações junto a gestores e membros da sociedade visando construir um diálogo a partir de seminários e reuniões que tinham como propostas planejar alternativas para a redução dos homicídios no estado. O seminário do dia 20/12/2017 reuniu Prefeitos dos Municípios visitados na pesquisa de 2016 para debater o quadro da violência contra jovens nas localidades pesquisadas. No dia 26/03/2018 ocorreu o "1º Seminário do Movimento Cada Vida importa", onde participaram acadêmicos, membros de movimentos sociais e gestores públicos. No dia 19/04/2018 o CCPHA dialogou com gestores escolares sobre a criação de comissões de proteção nas escolas como meio de fortalecer e garantir a execução da lei 13.230. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/blog/eventos/ccpha-dialoga-com-gestores-escolares-sobre-comissoes-de-protecao-nas-escolas/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

atualidade dos dados produzidos por essas duas instituições. Os dados da pesquisa de campo presentes no texto foram produzidos a partir das experiências de dois autores, que durante três meses, em 2016, participaram de imersões em bairros de Fortaleza e região metropolitana na pesquisa executada pelo CCPHA. Os pesquisadores realizaram visitas a residências de familiares de adolescentes que haviam sido assassinados no ano de 2015, aplicando cerca de 33 questionários durante esses momentos. Nessa etapa da pesquisa os dois pesquisadores visitaram, ainda, 4 Centros Educacionais onde tiveram a oportunidade de entrevistar 15 adolescentes acusados de cometer homicídios. Entre as várias situações abordadas nas 139 perguntas que compunham os roteiros das entrevistas, 11 se referiam diretamente a aspectos ligados à relação do adolescente com o ambiente escolar, chamando nossa atenção para as interfaces entre a educação e a vulnerabilidade aos homicídios no estado.

O envolvimento na pesquisa nos levou a caminhar por territórios com altos índices de homicídios em Fortaleza, região metropolitana e interior do estado, permitindo o estabelecimento de contatos e a escuta de narrativas de famílias que perderam seus adolescentes para violência no Ceará, instigando-nos a pensar a complexidade desse fenômeno em sua interface com a educação. Sob essa ótica, duas situações que ganham destaque referem-se à constatação de que a maioria dos jovens vitimados pela violência estava no momento de seu assassinato afastado da escola e não haviam concluído o ensino fundamental. (CEARÁ, 2016)

Retratos dos homicídios no Brasil: uma breve contextualização

Por meio da análise de diferentes levantamentos estatísticos, produzidos por órgãos estatais ou não, tem sido possível uma mensuração aproximada, mesmo diante da sub-representação (COELHO, 1987) e outras dinâmicas organizacionais que permeiam a produção desses dados (LIMA, 2011), dos fenômenos do crime e da violência no Brasil. Os relatórios do Mapa da Violência, publicados desde 1998, nos permitem observar o quanto a violência homicida no país tem crescido de modo progressivo e preocupante, colocando o país entre os dez mais violentos do mundo (WASELFISZ, 2016).

Segundo os dados do *Atlas da Violência 2020*, produzido pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, em 2018 o Brasil registrou 57.956 homicídios, o que equivaleria a uma taxa de 27,8 mortes para cada 100 mil habitantes no país. Esse seria o menor número contabilizado nos últimos quatro anos e, quando comparado com os dados de 2017, aponta para uma diminuição nas taxas de homicídio em 2018 em todas as regiões do Brasil e em 23 estados e no Distrito Federal (CERQUEIRA; BUENO, 2020). Do total de homicídios registrados no país em 2018, 53,3% envolvem jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, constituindo esse grupo como as vítimas principais, e *preferenciais* (PINHEIRO, 2000), dos homicídios no Brasil. Em 2018, 30.873 jovens foram vítimas de homicídios no território brasileiro, entre os quais 91,8% eram do sexo masculino e 75,7% foram indicados como negros (CERQUEIRA; BUENO, 2020).

Os dados sobre crime e violência nos permitem, para fins de construção dos nossos argumentos, realizar duas considerações sobre esses fenômenos e suas dinâmicas no país. Uma primeira consideração busca chamar a atenção para o aumento nas taxas de homicídios de negros quando comparados a não-negros na década que compreende os anos entre 2008 e 2018. Sob essa ótica, enquanto ocorreu um aumento de 11,5% nas taxas de homicídios para a população negra, para os não-negros, no mesmo período, houve uma redução de 12,9% nesses registros. A segunda consideração gira em torno da mensuração dos homicídios que envolvem a população feminina. “Em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino” (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p. 11). Embora as taxas de homicídios contra mulheres tenham apresentado uma queda de 9,3% entre 2017 e 2018, três estados brasileiros, em contrapartida, apresentaram aumentos superiores a 20% nesses números, sendo eles, respectivamente, Roraima (93%), Ceará (26,4%) e Tocantins (21,4%).

Grande parte das vítimas de homicídios no país, de acordo com os dados do Atlas da Violência 2020, apresentaria baixos níveis de escolaridade, apontando, como uma série de outras pesquisas, que um maior número de anos de estudos pode associar-se a uma menor probabilidade de jovens do sexo masculino e feminino tornarem-se vítimas de homicídios no Brasil. Nessa chave analítica, a educação, formal e institucionalizada, teria o potencial de atuar como um

instrumento protetivo da vida dos jovens nas diferentes cidades e regiões do Brasil, revelando um papel social da escola muitas vezes ofuscado quando os debates sobre o crime e a violência entram em pauta.

Freitas et. al. (2012) destacam que, embora os casos de homicídios que compõem as estatísticas sobre o crime em Fortaleza ocorram em grande parte nas periferias da cidade, o fenômeno da violência envolve tramas incertas e, portanto, não se explica apenas pela questão social e sua possível polarização. Em suas análises os autores propõem uma correlação que se estabelece não entre pobreza e violência, mas sim entre violência e desigualdade social, tendo em vista que “nem todos os bairros pobres apresentaram dados elevados de homicídios, e nem todos os bairros ricos ficaram isentos desse tipo de registro” (FREITAS et. al., 2012, p. 04). Para uma melhor compreensão desses fenômenos no Ceará vejamos alguns dos processos, sujeitos e experiências que ao longo da última década transformaram as dinâmicas associadas ao crime e à violência na capital cearense, gerando inúmeros desafios aos jovens e sua permanência na escola nas periferias da cidade.

Dinâmicas do crime e a penetração de coletivos criminais no Ceará

O ex-delegado da Polícia Civil do Ceará Francisco de Araújo Crisóstomo aponta que “os primeiros sinais” de que coletivos criminais, os chamados “comandos” e/ou “facções”, atuavam no estado surgiram ainda em 1986, quando uma joalheria foi assaltada e um corretor de imóveis sequestrado e assassinado em Fortaleza. Nesse momento, as ações, consideradas “inovadoras” para a época, foram atribuídas à organização fluminense do Comando Vermelho (CV)⁹, que expandia suas atividades para outros estados da federação.

Dias e Manso (2017) consideram que o Primeiro Comando da Capital (PCC) atua desde pelo menos o final dos anos 1990 em instituições do Paraná e Mato Grosso do Sul, estados fronteiriços que ocupam um lugar de destaque nas dinâmicas do comércio de drogas e armas ilegais. A expansão para outros estados da federação foi identificada ainda em 2010, quando sua presença se tornou visível em mais sete estados do país. Articulando o interior das instituições penais e os bairros das cidades brasileiras a partir de um ajustamento às cenas locais e

⁹ Ver “Crime organizado: um problema nacional que aflige o Ceará”. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/crime-organizado-um-problema-nacional-que-aflige-o-ceara-1.1878935>. Acesso em: 15 mar. 2018.

regionais esses atores teriam expandido suas ações para estados do Norte e Nordeste, alterando significativamente as dinâmicas do crime e da violência no país.

Em meio a inúmeras transferências de detentos, migrações de integrantes de coletivos do Sudeste do país para outros estados da federação, replicação de políticas de segurança ostensivas de guerra ao tráfico, aumento da violência policial¹⁰, encarceramento em massa e condições degradantes das instituições carcerárias articula-se um arranjo que permite um processo de capilarização desses coletivos nas periferias das cidades cearenses, alterando de maneira sensível as dinâmicas criminais e as experiências cotidianas dos moradores desses espaços do estado, especialmente a partir de 2013¹¹. Em um processo de expansão da atuação de coletivos criminais o PCC emerge como parceiro e modelo a ser seguido nacionalmente, contribuindo “[...] para desequilibrar as cenas regionais ao levar mais drogas e armas aos integrantes desses cenários, aumentando a violência na competição por esse mercado emergente de drogas, com rivalidades articuladas a partir dos presídios regionais”. (DIAS; MANSO, 2017).

A transformação da cena criminal cearense foi sentida em diferentes níveis e gerou inúmeros processos que conduziram em 2013 a capital Fortaleza a ocupar a primeira posição em número de assassinatos de adolescentes entre as capitais brasileiras¹². Esses números se traduziram nos bairros da periferia da capital: em conflitos pelo domínio de territórios, especialmente aqueles estrategicamente ligados ao tráfico de drogas; em inscrições que demarcavam o domínio, mesmo que momentâneo, dos coletivos criminais nos muros desses espaços; em “chacinas” associadas a supostos ciclos de vingança entre facções e/ou a ação de policiais¹³; em rebeliões nas instituições carcerárias do estado, que resultaram em inúmeras violações de direitos, decapitações e divisões de presídios

¹⁰ Nos últimos cinco anos anteriores à publicação do texto a Polícia Federal desarticulou grupos de extermínio integrados por policiais em Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Ceará, Pará, Amazonas e Goiás. (DIAS; MANSO, 2017).

¹¹ Tornou-se possível na cena criminal nordestina “[...] uma proliferação de grupos locais, mais ou menos organizados, com maior ou menor capacidade de articulação para fora das prisões, que se aliavam ou se opunham ao PCC. Alguns desses grupos foram rapidamente incorporados, uns foram eliminados e outros cresceram e se constituíram importantes fontes de resistência à tentativa de hegemonia nacional da facção paulista. Muitos desses grupos têm existência efêmera e, de fato, muitos não passam de quadrilhas locais, inclusive vinculadas aos maiores. Levantamento feito por agências de inteligências ligadas ao governo federal apontaram a existência de mais de 80 gangues prisionais no Brasil, modelo que se tornou presente nas 27 unidades da federação.” (DIAS; MANSO, 2017, p. 27)

¹² Dados do Mapa da Violência apontam que a taxa de violência contra crianças e adolescentes com idade entre 1-19 anos em Fortaleza cresceu 1.000% em um ano, aumentando de 23,5 homicídios para 100 mil pessoas nessa faixa etária para 267,7 em 2013. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=relatorio-violencia-letal-contra-as-criancas-e-adolescentes-do-brasil>. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹³ Entre esses eventos destaca-se a “Chacina do Curió”. No dia 12/11/2015, após um policial ser vítima de latrocínio, 09 jovens menores de 18 anos e dois homens adultos foram surpreendidos e executados por homens encapuzados em uma casa de shows localizada no bairro Curió, Zona Sul da cidade de Fortaleza. Sobre o histórico de chacinas no Ceará ver PAIVA; BARROS; MOURA (2019).

entre sujeitos faccionados; em conflitos no sistema socioeducativo do estado, o que levou o Centro de defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) a alertar os gestores públicos sobre a necessidade de resolver problemas estruturais como a superlotação¹⁴; e, entre outras situações, em “acordos de paz”¹⁵ entre grupos rivais, anunciando pactos momentâneos e seletivos estabelecidos entre os sujeitos do crime que atuam no estado.

Todos esses processos impactaram de maneira significativa as mobilidades e a vida escolar dos moradores das periferias de Fortaleza e demais cidades do interior do estado, levando muitos jovens a deixar de frequentar os espaços da cidade dominados por grupos rivais aos que dominam os territórios e/ou bairros onde residem. Com o esquadrinhamento e capilaridade de sujeitos associados às facções criminais, mesmo aqueles que não eram diretamente “envolvidos no crime” experimentavam o clima de medo e ameaças que ganhavam corpo através das limitações de circulação e expulsões¹⁶ estimuladas pelos jovens que se engajam diariamente nas disputas e manutenções dos territórios do estado.

Direito à educação: vulnerabilidades tecidas entre as garantias legais e o acesso real

A educação é um direito social garantido no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”. Como direito, o documento aponta que a educação deve ser concedida a todos os brasileiros, independente de idade, sexo, classe social, raça e/ou religião, pois, segundo nossa Carta Magna, todos são reconhecidos como sujeitos de direitos. A Constituição apresenta no seu artigo 205 a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, destacando que a mesma deverá ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2016, p. 123). Essa garantia constitucional do Direito à educação foi reforçada no ambiente doméstico brasileiro com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº

¹⁴ Disponível em: <http://cedecaceara.org.br/site/index.php/2015/10/14/novas-rebelioes-agravam-crise-no-sistema-socioeducativo-cearense/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹⁵ Barros et. al. (2018) analisam o “acordo de paz” entre facções, ocorrido entre o final de 2015 e meados de 2016, enfatizando as implicações das transformações da dinâmica da violência urbana no cotidiano de jovens em contextos estigmatizados.

¹⁶ Em reportagem do dia 26/03/2018, o Jornal El País destaca que: “Fortaleza sitiada Guerra entre facções nas periferias da capital cearense expulsa moradores de casa, provoca a mudança de crianças da escola e faz o número de homicídios explodir”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html. Acesso em: 23 ago. 2020.

8.069/1990), que em seu Capítulo IV, artigo 53, reafirma o papel do Estado na promoção desse direito fundamental.

Existe, todavia, “uma grande diferença entre o que propõe a legislação e o que o Estado garante” (CERQUEIRA; COELHO, 2015, p. 21). Como pesquisadores das periferias da capital cearense e partícipes da pesquisa do CCPHA, muitas foram as ausências estatais observadas na vida das famílias e jovens interlocutores da pesquisa, faces de uma *violência estrutural* seletivamente perpetrada contra as classes populares no país (LEEDS, 1998). Tratando-se da questão educacional, nosso objetivo maior no presente texto, foi possível identificar um conjunto de fatores que tem o potencial de interferir no abandono escolar dos adolescentes, questões que envolvem desde as dificuldades para conseguir uma vaga na rede escolar até a proibição de frequentar o estabelecimento educacional, devido à localização do mesmo em territórios dominados por “facções rivais”.

Em entrevista realizada com a mãe de uma jovem vítima de homicídio, a mesma relatou que, certa vez, para conseguir vagas na escola para seus filhos foi necessário passar uma noite e uma madrugada em uma fila no dia que antecedeu a data da matrícula programada pela rede municipal. Tal situação aponta para o fato de que as dificuldades para a permanência dos jovens das periferias cearenses na escola, tão presentes em toda a sua trajetória, se apresentam, muitas vezes, antes mesmo de sua entrada nos muros da instituição escolar.

Dentro da escola uma dificuldade que emerge a partir da análise dos relatos da pesquisa do Comitê gira em torno da “rejeição” de jovens, mesmo quando regularmente matriculados, por parte dos membros da gestão escolar, devido, muitas vezes, ao estigma (GOFFMAN, 1980) do “aluno problemático”. Envolvendo jovens que, via de regra, passaram por alguma instituição socioeducativa e/ou vivenciaram experiências de indisciplina e/ou expulsões, a vida escolar desses sujeitos era permeada por fronteiras simbólicas que se materializavam diariamente em distanciamentos e suspeitas recorrentes.

Quanto à trajetória escolar do filho, a [mãe] não recordou ao certo até que série [o filho] estudou, se até a 3ª ou 5ª, isso porque, segundo ela, ele “praticamente não frequentava”, pois acabava sempre desistindo e recomeçando o mesmo ano. Só ia para a escola com muita insistência dela. Além disso, brigava constantemente com os coleguinhas, “era um menino difícil”, dizia a mãe, e a coordenação vivia chamando-a. [...]. Entre os 13/14 anos estudou a EJA [...] por uns quatro meses. Mas, como o ensino era à

noite e ele era menor de idade, precisava ser acompanhado. A mãe ainda passou quatro meses acompanhando o filho todos os dias à escola, mas ela começou a trabalhar e não tinha ninguém para levá-lo. A mãe comentou também que, certa vez, ao tentar matricular o filho [...] não conseguiu, pois o filho já havia passado pela instituição e já era conhecido como um “aluno problemático”. (Diário de campo, 03/05/2016)

Nas narrativas dos familiares de jovens que perderam suas vidas “fora da escola”, os professores e a gestão escolar, muitas vezes, não estão preparados para lidar com os jovens nas suas complexas vulnerabilidades, sejam elas individuais ou sociais. Distantes das estratégias adequadas para intervir e mediar os processos de ensino-aprendizagem com esses jovens, os gestores escolares acabam por reproduzir práticas que favorecem, ainda mais, o desinteresse dos jovens cearenses pela escola.

O modelo educacional brasileiro procura precipuamente incutir na memória de crianças e adolescentes um conjunto enciclopédico de informações que não dizem respeito às motivações dos estudantes, que são idealizados como indivíduos que possuem todas as condições materiais e socioemocionais para desenvolver seus estudos, como: boa nutrição; espaço para estudar em casa; ausência de conflitos envolvendo violência doméstica em suas vidas; atenção, orientação e supervisão dos pais etc. Nesse modelo, o ensino é oferecido burocraticamente como em uma linha de produção, em que o desinteresse ou a rebeldia do aluno é visto como uma ‘não conformidade’, devendo a criança ‘desajustada’ ser reprovada ou expulsa da escola (CERQUEIRA, 2016, p. 30).

Para os familiares dos jovens vítimas de homicídio que estavam fora da escola, o “desinteresse” emerge como um dos principais motivos para o abandono da instituição educacional. Essa situação foi identificada em 78 dos 146 casos investigados em Fortaleza, o que equivaleria a 53,42% das entrevistas realizadas na capital.

Somados ao estigma de “problemático” e o “desinteresse” dos jovens pela escola, a necessidade de trabalhar ou permanecer em casa para cuidar de irmãos mais novos enquanto os pais trabalham aparece como uma das causas associadas ao abandono escolar (CEARÁ, 2016). Em meio a situações que perpassam questões individuais, sociais e familiares, outro elemento que merece destaque em nosso texto diz respeito aos conflitos territoriais entre coletivos criminais que passam a ser uma constante nos bairros das periferias do estado na última década, comprometendo a liberdade de mobilidade e circulação dos jovens “envolvidos”, ou não, pelas cidades do estado.

A mãe destacou ainda que após a morte do filho vitimado os filhos mais novos passaram quase um ano sem frequentar a escola, pois em detrimento de rixas entre os grupos rivais nos territórios, as pessoas que moravam de um lado eram impedidas de frequentarem o outro, e neste caso a escola que as crianças estudavam ficava na área que eram impedidos de acessar. (Diário de campo, 28/04/2016).

Com a penetração capilar das facções, que esquadrinharam os territórios das periferias do estado, os jovens desses espaços foram pressionados, em um jogo de vida e morte, a abandonar o ambiente escolar, devido, entre outros fatores, à localização da instituição em territórios e/ou bairros dominados por facções rivais.

Frente a essas situações e dilemas enfrentados pelos jovens cearenses e suas famílias, concordamos com Soares (2007) ao destacar o papel socializador da escola e enfatizar que as políticas educacionais devem buscar a garantia de uma maior permanência da criança na escola, mesmo quando a aprendizagem de conteúdos acadêmicos seja aquém do desejado, pois, segundo ele “não se trata apenas de aprender a ler e escrever: é questão de vida e morte” (SOARES, 2007, p. 31).

Mais educação, menos homicídios: reflexões sobre as repercussões da escolarização nas dinâmicas de homicídios

Os dados do relatório do CCPHA consideram o abandono escolar como uma das doze evidências¹⁷ associadas ao aumento da vulnerabilidade de jovens ao homicídio no Ceará (CEARÁ, 2016). Das sete cidades cearenses onde a pesquisa foi realizada, apenas Sobral apresentou taxa de abandono escolar inferior aos 50% (especificamente 44%). Nos demais municípios pesquisados o percentual de abandono foi superior aos 60% e ocorreu pelo menos seis meses antes da morte do jovem (CEARÁ, 2016), conforme aponta a Tabela 1.

¹⁷ As doze evidências associadas às experiências de vulnerabilidade são: 01. Vulnerabilidade de quem cuida; 02. Falta de atendimento à rede de amigos e familiares dos adolescentes assassinados; 03. Territórios vulneráveis aos homicídios; 04. Abandono escolar; 05. Experimentação precoce de drogas; 06. Vida comunitária conflituosa; 07. Insuficiência do atendimento socioeducativo; 08. Falta de oportunidade de trabalho formal/renda; 09. Interação violenta com a polícia; 10. Violência armada; 11. Cultura da violência em programas policiais; e, 12. Sensação de injustiça (CEARÁ, 2016).

Tabela 1. Percentual do Abandono Escolar em sete municípios cearenses

Cidade	
Fortaleza	73%
Caucaia	80%
Eusébio	87%
Horizonte	89%
Maracanaú	64%
Sobral	44%
Juazeiro do Norte	62%

Fonte: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA/2016)

Cada uma das doze evidências de vulnerabilidade apresentadas pelo Relatório Final do CCPHA foi acompanhada de recomendações para o enfrentamento e prevenção de homicídios da juventude nas cidades cearenses. No que se refere ao abandono escolar, a recomendação apontada pelo CCPHA gira em torno da realização de “busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar”, mediante o engajamento dos profissionais do sistema escolar. Caberia:

4.1 À Secretaria Básica e às Secretarias Municipais de Educação: monitorar a frequência escolar e realizar busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola, em parceria com os Conselhos Tutelares e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); 4.2 À Secretaria Básica e às Secretarias Municipais de Educação: fortalecer o acompanhamento pedagógico aos professores e orientação educacional aos alunos com a manutenção e ampliação de programas de coordenação de área curricular e tutoria (diretores de turma) para as redes de ensino fundamental, tornando as escolas mais interessantes, adequadas e contextualizadas às necessidades de aprendizagem dos adolescentes nos territórios; 4.3 À Secretaria Básica e às Secretarias Municipais de Educação: mapear as escolas e implementar, naquelas localizadas em territórios com maior concentração de homicídios, programa específico de ingresso ou retorno de adolescentes mais vulneráveis, com acompanhamento socioassistencial e psicopedagógico individualizado; 4.4 À Secretaria Básica e às Secretarias Municipais de Educação: abrir as escolas nos fins de semana para atividades artísticas, culturais, de esporte e lazer, nos territórios mais vulneráveis aos homicídios; 4.5 À Secretaria Básica e às Secretarias Municipais de Educação: implementar a Lei nº 13.230, de 27 de junho de 2002, que cria as comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente nas escolas da rede pública e privada do estado do Ceará – juntamente com formação continuada em mediação de conflitos para profissionais de educação (CEARÁ, 2016, p. 543).

Articulando ações de órgãos do governo estadual e das municipalidades, as recomendações do relatório colocam a educação e a vida escolar como uma estratégia significativa para o enfrentamento da violência juvenil no Ceará, corroborando as análises que destacam o importante lugar social da escola na mitigação desses fenômenos em terras brasileiras.

O Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) realizou uma série de estudos em que analisa a relação entre educação e homicídios, demonstrando em vários de seus principais resultados o impacto positivo da escolarização no enfrentamento das situações que envolvem homicídios no país. O primeiro desses estudos, desenvolvido por Soares (2007), aponta que “a escolaridade reduz significativamente o risco de morte por homicídio” (SOARES, 2007, p. 7, grifos nossos) e que “a educação representa uma das melhores políticas públicas para a redução da violência letal” (SOARES, 2007, p. 7).

A Nota Técnica “Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH)”, divulgada pelo IPEA em 2016, constitui-se como outra importante pesquisa desenvolvida sobre o assunto em 81 municípios que concentravam os maiores índices de homicídios em 2014. Iniciativa do Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, o objetivo da pesquisa que deu origem a nota foi realizar um mapeamento das condições educacionais nos territórios do PNRH, especialmente através da elaboração de indicadores acerca do perfil das escolas, docentes, alunos, bairros e municípios contemplados no estudo. Os dados foram cruzados com as informações sobre homicídios nos bairros dos 81 municípios prioritários do PNRH, apontando coeficientes estatisticamente significativos que corroboram a tese de que a melhoria nos indicadores educacionais pode atuar positivamente na diminuição de taxas de crimes violentos, em particular, dos homicídios (CERQUEIRA et. al., 2016).

Vale ressaltar que o trabalho em tela partiu de uma abordagem na qual o crime emerge associado a inúmeros fatores que envolvem não apenas características idiossincráticas dos indivíduos e a atuação do sistema de justiça criminal, mas também a uma série de processos, tais como “o inadequado processo de estímulo, educação, orientação e supervisão das crianças e jovens, bem como pela falta de oportunidades de acesso a determinados bens econômicos e simbólicos e, em última instância, a um exercício pleno dos direitos de cidadania”

(CERQUEIRA et. al., 2016, p. 5).

É preciso considerar que, embora uma das estratégias para o enfrentamento da violência juvenil seja fortalecer e aumentar as vagas e oportunidades no sistema educacional, as mudanças ocorridas nesse âmbito não atingem a totalidade dos jovens brasileiros, tendo em vista que nem todos irão frequentar a escola, “seja porque o modelo educacional não o atrai, seja porque o jovem já está trilhando outra trajetória de vida, incompatível com o ambiente escolar” (CERQUEIRA et. al., 2016, p. 15).

Cerqueira et. al. (2016) chamam nossa atenção para alguns dos problemas comportamentais que podem se manifestar entre os jovens, como a dificuldade de temperamento, hiperatividade, agressividade e tendências ao isolamento. Para os autores, tais problemas devem ser imaginados não apenas como reflexos das deficiências que envolvem o processo educacional, mas também como consequências de um ambiente familiar conturbado, espaço de inúmeras ausências, maus-tratos e episódios de violência doméstica.

Para Cerqueira e Moura (2015), ao analisarem o efeito das oportunidades do mercado de trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil, tanto as oportunidades de trabalho quanto as educacionais apresentam-se como mecanismos cruciais para a redução de homicídios nos municípios brasileiros. Sob a ótica analítica dos autores, para “um aumento de 1% na taxa de desemprego dos homens jovens, a taxa de homicídios local se eleva em 2,5%, sendo que esse efeito é crescente com a idade do jovem” (CERQUEIRA; MOURA, 2015, p. 16). Os autores consideram, ainda, que o Programa Bolsa Família (PBF) tem o potencial de contribuir de maneira significativa para a redução dos índices de criminalidade, pois uma das condições para o recebimento do benefício é o jovem estar matriculado na escola e ter uma frequência mínima de 75% nas aulas. (CERQUEIRA; MOURA, 2015).

Analisando a relação entre a diminuição da idade de imputabilidade penal, educação e criminalidade violenta, Cerqueira e Coelho (2015) sugerem que quanto menor a escolaridade, maiores são os riscos de um indivíduo ser assassinado, pois “os homens com mais baixa escolaridade, com até sete anos de estudo, possuem 15,7 vezes mais chances de sofrer homicídio” (CERQUEIRA; COELHO, 2015, p. 15).

Nesse sentido, “a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios no Brasil” (CERQUEIRA; COELHO, 2015, p. 15, grifos nossos), na medida em que, a partir do modelo de análise contrafactual que identificou a diminuição dos assassinatos em 22.442 casos, “[...] isto implicaria dizer que a universalização do ensino médio para pessoas com mais de 15 anos de idade [...] teria o efeito de diminuição em 42,3% do número de homicídios no país” (CERQUEIRA; COELHO, 2015, p. 17).

Frente aos resultados dessas pesquisas e aos argumentos expostos ao longo do artigo podemos considerar que o enfrentamento às dinâmicas da violência e da criminalidade no país, que repercutem de maneira significativa nos números dos homicídios anuais, principalmente na faixa etária juvenil, requer uma análise e interface complexa, que demanda uma articulação intersetorial capaz de contemplar ações nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, moradia e, entre outras situações, trabalho.

Considerações finais

Embora a educação seja um direito assegurado por lei, presente em nossa Constituição Federal de 1988 e reforçado com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ela ainda não se efetiva concretamente em todos os brasileiros, sobretudo entre os grupos marginalizados de nossa sociedade. Os dados apresentados ao longo do artigo sugerem que o distanciamento de crianças e jovens do ambiente escolar potencializa sua vulnerabilidade ao homicídio, sendo os jovens da faixa etária de 15 a 29 anos do sexo masculino, negros e com baixa escolaridade suas principais vítimas.

Entre as várias situações que envolvem o abandono escolar, observamos que na última década os conflitos territoriais entre os coletivos criminais que atuam nos bairros populares das cidades cearenses, especialmente Fortaleza, têm sido apontados como um dos principais fatores que estimulam o crescimento desse processo. Como espaços vulneráveis privilegiados para as disputas sangrentas pelo domínio dos territórios do lucrativo mercado do tráfico de drogas ilegais, a integridade física, as mobilidades e o direito de frequentar a escola dos jovens moradores desses espaços tornam-se significativamente comprometidos, sejam eles “envolvidos” ou não em atividades consideradas ilegais. Distantes de uma

socialização e disciplina no mundo escolar capaz de atrair seus interesses e engajamentos, conflitos com gestores, históricos de repetências, suspensões e expulsões associam-se aos dilemas postos pela atuação de coletivos criminais para a permanência do jovem das periferias cearenses em sua trajetória acadêmica.

Por fim, destacamos que o problema do abandono escolar por parte dos jovens cearenses pode ser associado a um processo contínuo e seletivo de múltiplas ausências do Estado na vida desses sujeitos, tornando-os os principais alvos da violência urbana, em especial dos homicídios no país. Frente a esse complexo e nefasto fenômeno, a educação e a escola apresentam-se como caminhos potentes para o enfrentamento não apenas das desigualdades estruturais, mas também da vulnerabilidade juvenil aos homicídios. Sob essa perspectiva, torna-se necessário investir em políticas públicas intersetoriais que envolvam a qualificação e melhoria do sistema educacional, ofertando um sistema de ensino seguro, inclusivo e de qualidade, capaz de garantir a permanência na escola e mitigar a vulnerabilidade dos jovens cearenses à violência e à morte.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, César. **Crimes por Encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BARROS, João Paulo Pereira; PAIVA, Luiz Fábio; RODRIGUES, Jéssica Silva; LEONARDO, Camila dos Santos; DA SILVA, Dagualberto Barboza. 'Pacificação' nas Periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 9, 2018, p. 115-126. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/30781>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf?sequencia=1>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CEARÁ. **Cada vida importa**. Relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <<https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

CERQUEIRA, Daniel. **Trajetórias individuais, criminalidade e o papel da educação**. Boletim de Análise Político-Institucional. n. 9, jan/jun., Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7105>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Nota Técnica**: redução da idade de imputabilidade penal, educação e criminalidade. n. 15. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150921_nt_diest_14_imputabilidade_penal.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CERQUEIRA, Daniel et. al. **Nota Técnica**. Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. n. 18. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/senasp-lanca-estudo-sobre-educacao-e-reducao-de-homicidios/160510_notatecnica_diest_18.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro de. **O efeito das oportunidades no mercado de trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil**. Encontros da ANPEC, 2015. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/i12-0ce869e09e6385120c0146e239bb5bf8.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

COELHO, Edmundo Campos. A Oficina do Diabo. In: COELHO, Magda Prates (org.). **A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Edições Record, 1987.

DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, 2017, p. 10-29. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FREITAS, Geovani Jacó; BRASIL, Glaucéria Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. Morte em fronteiras: jovens “matáveis” nos celeiros da política e da cidade. **Configurações**, v. 10, 2012, p. 165-184. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/1509>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e Poderes Paralelos na Periferia Urbana Brasileira: ameaça à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um Século de Favelas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 233-276.

LIMA, Renato Sérgio de. **Entre palavras e números**: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2006.

PAIVA, Luiz Fábio; BARROS, João Paulo Pereira; MOURA, Ricardo Braga Cavalcante. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, n. 33, jan/jun., 2019, p. 73-98. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2109/1807>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Introdução: o Estado de Direito e os não-privilegiados na América Latina. In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (orgs.). **Democracia, Violência e Injustiça**: o não-estado de direito na América Latina. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Educação**: um escudo contra o homicídio? Texto para Discussão. n. 1298. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4859>. Acesso em: 25 jan. 2020.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Educação**: blindagem contra a violência homicida? Mapa da Violência. Caderno Temático. n. 1. Recife: FLACSO, 2016.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

São Bernado, Maranhão, Brasil

Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Bernardo, MA. Coordenador do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre as Cidades (CITADINOS-UFMA). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: clodomir.cordeiro@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4555597556940476>

João Pedro de Santiago Neto

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Participou de pesquisas sobre: o perfil dos usuários de crack no Brasil; discriminação racial em Fortaleza; população em situação de rua e consumo de álcool, crack e outras drogas; homicídios de crianças e adolescentes no Ceará; jovens envolvidos no mercado de drogas e conflitos armados. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana e dos Conflitos e Sociologia da Saúde, desenvolvendo pesquisas sobre as temáticas da juventude, criminalidade, drogas, saúde e cidades.

E-mail: joao_santiago_33@yahoo.com.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8401133595281804>

Ana Paula Neves Lopes

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e integrante do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC/UFRGS).

E-mail: apnevesl@yahoo.com.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1603136376122850>

Recebimento: 20/09/2021

Aprovação: 24/11/2021



Q.Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França